



ENTREVISTA MAGALHÃES CARDOSO

Sócio da Vieira de Almeida & Associados

Tribunal de Propriedade intelectual é um “grande desafio”

Novo organismo vai substituir o Tribunal de Comércio em questões ligadas a patentes.

Hermínia Saraiva e Catarina Duarte
 herminia.saraiva@economico.pt

A criação de um tribunal especializado em propriedade intelectual não é a solução para todos os males, diz António Magalhães Cardoso. O sócio da Vieira de Almeida e especialista em propriedade industrial acredita que as farmacêuticas de medicamentos originais estão a fazer o que podem para proteger os seus investimentos e que o problema no mercado nacional é que a justiça é lenta.

Vinte anos são suficientes para as farmacêuticas recuperarem o investimento feito no desenvolvimento de medicamentos?

As patentes duram 20 anos a partir do momento em que são pedidas e isso é quando a investigação produz uma substância com qualidades terapêuticas. Quando o produto começa a ser comercializado passaram normalmente muitos anos e por isso 20 anos não são 20 anos de exploração. As empresas farmacêuticas recuperam os investimentos no fim da patente, porque até lá os lucros são para pagar as despesas de investimento.

Isso leva as empresas a recorrer a providências cautelares...

Nos últimos anos só se consegue protecção com providências cautelares, porque se o proprietário da patente que alegadamente é violada interpõe uma acção, essa acção é decidida daí a muitos anos. A empresa só consegue proteger os seus direitos se conseguir uma decisão rápida sobre a entrada no mercado e as providências cautelares não são decididas no Tribunal de Comércio (TC) em menos de 18 meses, um ano.

Isso explica o recurso aos Tribunais Administrativos?

Os agentes económicos funcionam por oportunidades e

lançam-se muitas vezes no mercado a risco, tentando depois defender que a patente já não é boa. Certo é que quando é decidido já a patente não existe. Confrontamo-nos com a situação de ter de dizer aos clientes que não tinham protecção nenhuma. Daí as empresas titulares de patentes recorrerem aos Tribunais Administrativos pedindo a suspensão das AIM.

Mas os Tribunais Administrativos são competentes?

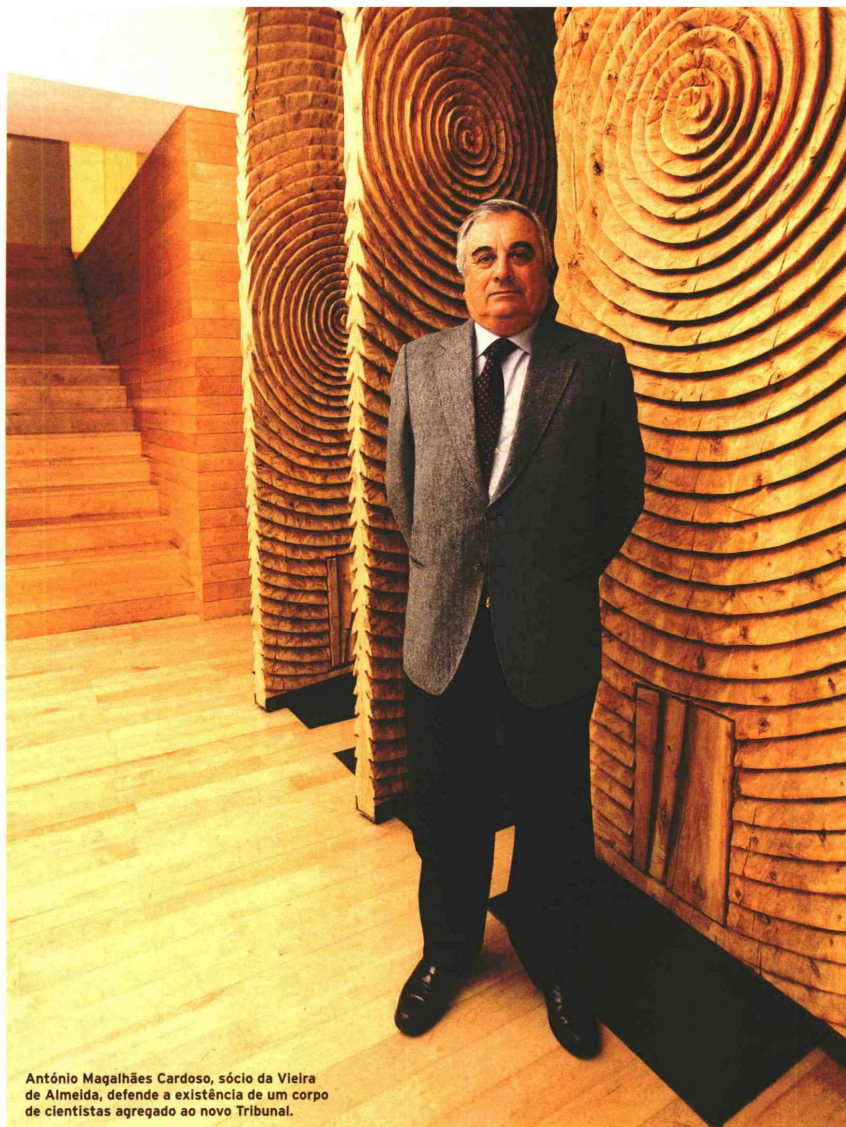
Essa questão que tem sido suscitada e os tribunais têm dito em 100% dos casos que sim. Porque o que se trata aqui é de decidir se um acto administrativo está conforme à lei. Tem-se dito que os tribunais administrativos não tem competência técnica para isso e nenhum tribunal tem. Isso é uma fantasia. O grande desafio é o novo tribunal.

Acredita nas potencialidades do novo Tribunal de Propriedade Intelectual?

Acreditar, acredito. Há uma discussão sobre se devíamos ter apenas um tribunal ou mais do que um. Há quem defenda que ter um só é perigoso porque depois as soluções cristalizam. Se houver o contraponto de outro tribunal, a justiça será mais sólida. Depois há a questão de saber quem são os juizes. São gente capaz de olhar para estes problemas tão complicados e decidir? Em Inglaterra, as grandes decisões, e na Alemanha é igual, são tomadas por juizes que tem formação de base científica. Devíamos ter um corpo de cientistas agregado ao tribunal.

Mas não é isso que está previsto...

O problema em Portugal é que fazemos as coisas mal, fazemos a meio. Esta história de criar um tribunal em Santarém é extraordinário. Se eu criasse só um



António Magalhães Cardoso, sócio da Vieira de Almeida, defende a existência de um corpo de cientistas agregado ao novo Tribunal.



Ter um só [Tribunal de Propriedade Intelectual] é perigoso porque depois as soluções cristalizam. Se houver o contraponto de outro tribunal, a justiça será mais sólida.

tribunal seria em Coimbra, há a universidade, cientistas por todo o lado. E depois, se calhar, o Tribunal vai ter um juiz ou dois que vão ter que lutar com um mundo de processos...

E as empresas vão continuar a recorrer ao TC...?

As empresas que vêm os seus direitos ameaçados procuram encontrar soluções legítimas. Se isso vai acontecer no futuro, eu espero bem que não. O Governo está mais que avisado que isso pode acontecer. Há muito tempo que se diz que a solução é ter um tribunal que funcione como deve ser. Nisto está toda a gente de acordo.

Não haveria alterações a fazer à legislação nacional para que o processo não encontrasse tantas barreiras, nomeadamente

no Infarmed para verificar as patentes antes da atribuição de uma AIM para que não houvesse perda de valor para as empresas de marca?

Em Portugal, tudo o que seja pôr os serviços públicos a fazer mais coisas só serve para criar mais problemas. E se pudermos agora o Infarmed a ter de verificar mais coisas, não se isso resultaria nalguma coisa. Se o Tribunal funcionar bem é o melhor sistema de todos para os interesses de todos. Se o Tribunal funcionar bem é porque tem por trás uma máquina judicial que funciona e quando houver um litígio este não se arrasta por dez anos. A discussão está fora do sítio: a questão é que não temos um sistema judicial à altura do problema. ■